

Designação do grupo de papel	Fornecedor	Marca/origem	Características do produto	Contrato
Papel higiénico .....	Scott Paper Portugal, L. <sup>da</sup> .....	Scott .....	<b>Rolo normal</b> Folha simples branca: R. H. industrial 1 — 25 g/30 m Folha dupla branca: R. H. industrial 2 — 18 g/26 m R. H. industrial top — 18 g/30 m ..... <b>Rolo especial</b> Folha simples branca: Yumbo 1 — 25 g/350 m ..... Folha dupla branca: Yumbo 2 — 18 g/200 m .....	231 956
	Textigal, L. <sup>da</sup> .....	Textigal .....	<b>Rolo especial</b> Folha simples branca: Jumbo — 30 g/255 m .....	231 957

(a) Só uma via em consola e zebrado.

(b) Todas as vias em consola e zebrado.

(c) Normalizados, papel branco 90 g, pala em bico e sem litografia interior.

(d) Com/sem janela, com/sem impressão ext. (identificação e morada do organismo).

(e) Sem janela, com/sem impressão exterior.

(f) Normalizados, papel branco/kraft, sem janela, com/sem impressão externa, abert. lado menor, aba rectilínea.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Portaria n.º 670/92

de 9 de Julho

Manda o Governo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado do Consulado-Geral de Portugal em Lyon seja aumentado de três unidades de secretário de 3.ª classe, com efeitos a partir de 1 de Junho de 1992.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 11 de Junho de 1992.

Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Duarte Ivo Cruz*, Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Portaria n.º 671/92

de 9 de Julho

Considerando a Portaria n.º 238/89, de 30 de Março, que fixa a tabela de preços a cobrar pelo Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola pela execução de serviços de protecção fitossanitária;

Considerando a necessidade de, face ao aumento dos custos inerentes aos serviços, proceder à actualização da referida tabela:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, ao abrigo do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 348/89, de 30 de Setembro, o seguinte:

1.º O valor atribuído a cada ponto, a que se refere o n.º 2.º da Portaria n.º 238/89, de 30 de Março, passa a ser de 2\$.

2.º O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 5 de Junho de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

### Portaria n.º 672/92

de 9 de Julho

A região alentejana tem revelado, ao longo dos anos, particular aptidão para a produção de vinhos maduros de qualidade, alguns dos quais já com sólido prestígio no mercado, pelo que se encontram reconhecidas satisfeitas as exigências da regulamentação comunitária no âmbito do vinho de mesa com a indicação geográfica — «vinho regional» —, tal como é definido no Decreto-Lei n.º 309/91, de 17 de Agosto, e no Regulamento (CEE) n.º 822/87 do Conselho, de 16 de Março, e ainda, no que respeita à sua apresentação

ao consumidor, nos Regulamentos (CEE) n.ºs 2392/89 do Conselho e 3201/90 da Comissão, de 24 de Julho e de 16 de Outubro, respectivamente.

Com vista a uma melhor acreditação junto do consumidor, considera-se, assim, plenamente justificada a atribuição da denominação «vinho regional Alentejo» aos vinhos de mesa produzidos nesta região vitivinícola e que satisfaçam os requisitos de qualidade e tipicidade conformes com a tradição do vinho alentejano e que possam contribuir para a sua valorização qualitativa.

Neste sentido, as disposições contidas na presente portaria consagram as práticas culturais e métodos tradicionais de produção da área geográfica abrangida e estabelecem um maior rigor no controlo a que estes vinhos são sujeitos de modo a garantir a genuinidade e a promover a qualidade do produto comercializado sob esta denominação.

Assim, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 309/91, de 17 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

1.º A menção «vinho regional» seguida da indicação geográfica «Alentejo» é exclusiva dos vinhos de mesa tinto e branco que satisfaçam as condições de produção fixadas na presente portaria.

2.º A área geográfica de produção do «vinho regional Alentejo», delimitada na carta 1:500 000 constante do anexo 1, abrange os distritos de Portalegre, Évora e Beja.

3.º As vinhas destinadas à produção dos vinhos a que se refere esta portaria devem estar ou ser instaladas em solos que se enquadrem num dos seguintes tipos:

**Distrito de Portalegre:**

- Solos litólicos não húmicos derivados de granitos;
- Litossolos derivados de xistos;
- Solos mediterrânicos vermelhos, amarelos ou pardos, em geral derivados de xistos e calcários;
- Solos podzolizados não hidromórficos;
- Solos calcários pardos e vermelhos;

**Distrito de Évora:**

- Solos litólicos não húmicos em geral derivados de arenitos, granitos e gneisses;
- Litossolos derivados de xistos;
- Solos mediterrânicos pardos, vermelhos ou amarelos, em geral derivados de argila, xistos, gneisses, calcários e de rochas cristalofílicas;
- Aluviosolos modernos não calcários;
- Solos de baixas não calcários;

**Distrito de Beja:**

- Solos litólicos não húmicos derivados de xistos;
- Litossolos derivados de xistos;
- Solos mediterrânicos vermelhos, amarelos ou pardos, em geral derivados de arenitos, argilas, dioritos, xistos, margas ou rochas cristalofílicas;
- Barros calcários e não calcários;
- Solos calcários vermelhos;
- Regossolos psamíticos.

4.º Só podem usar a menção «vinho regional Alentejo» os vinhos de mesa provenientes exclusivamente das castas referidas no anexo II.

5.º — 1 — As práticas culturais utilizadas nas vinhas que se destinam à produção do «vinho regional Alentejo» são as tradicionais ou as recomendadas pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), em ligação com as direcções regionais de agricultura.

2 — A pedido dos viticultores, as referidas vinhas devem ser inscritas no IVV, que procederá ao cadastro das mesmas.

3 — Qualquer alteração ocorrida nas vinhas cadastradas e aprovadas deverá ser comunicada ao IVV pelos respectivos viticultores, sob pena de os vinhos deixarem de ter direito à menção «vinho regional Alentejo».

6.º — 1 — A produção de «vinho regional Alentejo» deve seguir as tecnologias de elaboração e as práticas enológicas tradicionais, bem como as legalmente autorizadas.

2 — Os mostos a utilizar devem ter um título alcoométrico em potência mínimo de 11% vol.

7.º — 1 — O «vinho regional Alentejo» deve ter um título alcoométrico adquirido mínimo de 11% vol., devendo os restantes parâmetros analíticos destes vinhos apresentar os valores definidos para os vinhos de mesa em geral.

2 — Os vinhos tintos só podem ser comercializados após um estágio mínimo de seis meses.

3 — Do ponto de vista organoléptico, os vinhos devem satisfazer os requisitos apropriados quanto à cor, limpidez, aroma e sabor.

8.º A realização da análise físico-química constitui regra e disciplina a observar com vista à aprovação do «vinho regional Alentejo», podendo a apreciação organoléptica ser efectuada pelo IVV sempre que este o entenda conveniente.

9.º Os produtores e comerciantes do «vinho regional Alentejo», à excepção dos retalhistas, devem efectuar a respectiva inscrição no IVV, constituindo-se, para o efeito, registos especiais.

10.º — 1 — Os rótulos a utilizar devem ser previamente aprovados pelo IVV.

2 — Dos vinhos de mesa provenientes da região definida no n.º 2.º, só o «vinho regional Alentejo» pode usar as menções relativas a nomes de explorações vitícolas, ao ano de colheita, às castas, ao modo de elaboração e ao local de engarrafamento, desde que obedçam às condições dos Regulamentos n.ºs 2392/89 do Conselho e 3201/90 da Comissão, de 24 de Julho e 16 de Outubro, respectivamente.

3 — A partir de 31 de Dezembro de 1993, não podem ser comercializados produtos que contrariem o disposto no n.º 2.

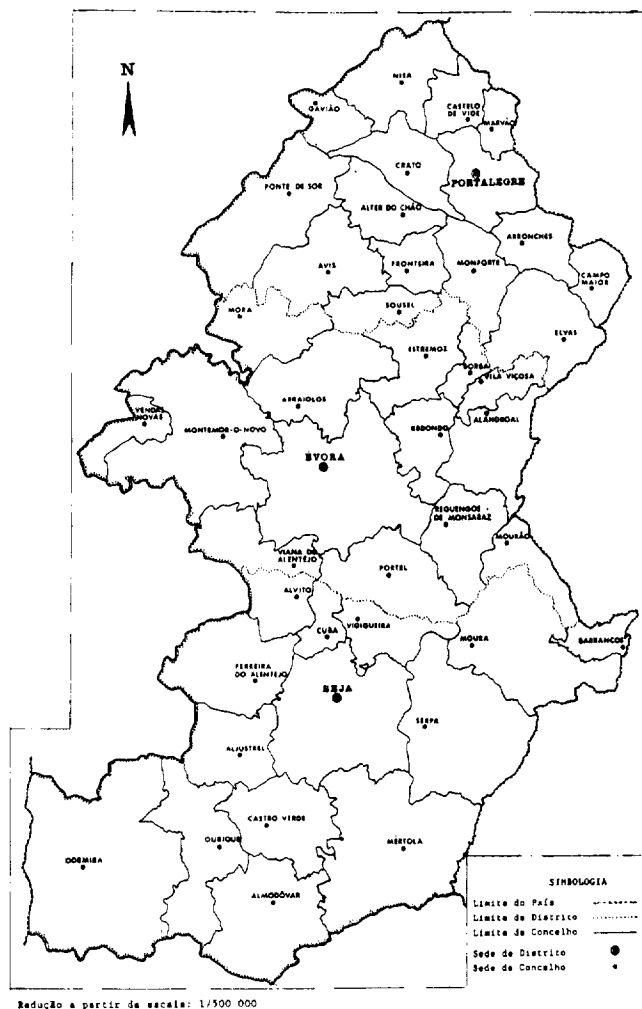
11.º É proibida a utilização noutros produtos vínicos de nomes, marcas, termos, expressões ou símbolos susceptíveis de, pela similitude gráfica ou fonética com os referidos nesta portaria, induzirem em confusão o consumidor, mesmo que precedidos dos termos «tipo», «estilo» ou outros análogos.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 9 de Junho de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Luís António Damásio Capoulas*, Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

## ANEXO I



## ANEXO II

## Castas brancas

Arinto.  
Alicante-Branco.  
Antão-Vaz.  
Bical.  
Chardonnay.  
Chasselas.  
Diagvalves.  
Fernão-Pires.  
Larião.  
Malvasia-Fina.  
Malvasia-Rei.  
Menteúdo.  
Moscatel-de-Setúbal.  
Mourisco-Branco.  
Perrum.  
Rabo-de-Ovelha.  
Síria.  
Trincadeira-das-Pratas.

## Castas tintas

Abundante.  
Alfrocheiro-Preto.  
Alicante-Boushet.  
Aragonez.  
Cinsaut.  
Corropio.  
Cabernet-Sauvignon.  
Carignan.  
Grand-Noir.  
Moreto.  
Piriqueta.  
Pinot-Tinto.  
Trincadeira-Preta.  
Tinta-Caiada.  
Tinta-Carvalha.  
Tinta-Grossa.

## Portaria n.º 673/92

de 9 de Julho

Com fundamento no disposto nos artigos 19.º, 20.º, 21.º e 26.º da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, e 79.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, de 3 de Agosto;

Ouvido o Conselho Nacional da Caça e da Conservação da Fauna:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

1.º Ficam sujeitos ao regime cinegético especial os prédios rústicos denominados «Serra da Gata» e «Vale dos Corvos», sitos na freguesia e município de Barrancos, com uma área de 249,05 ha, conforme planta em anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

2.º Pelo presente diploma é concessionada, pelo período de 15 anos, à Associação de Caçadores do Monte da Carrasca (registo na Direcção-Geral das Florestas n.º 3.1113.92), com sede no Outeiro da Margalha, Estoril, a zona de caça associativa do Monte da Carrasca (processo n.º 996 da Direcção-Geral das Florestas).

3.º A Associação de Caçadores do Monte da Carrasca, como entidade gestora da zona de caça associativa concedida pelo presente diploma, fica obrigada a cumprir e a fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegética aprovado e demais disposições legais e regulamentares do exercício da caça que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.

4.º Nesta zona de caça associativa é facultado o exercício venatório a todos os associados da Associação de Caçadores do Monte da Carrasca, com observância das regras legais e das suas normas estatutárias e regulamentares.

5.º — 1 — A zona de caça associativa será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 3 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, conjuntamente com o sinal do modelo anexo à Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.

2 — A sinalização obedecerá às condições definidas nos n.ºs 6.º a 9.º da Portaria n.º 697/88, 3.º e 4.º da Portaria n.º 569/89 e 6.º e 7.º da Portaria n.º 219-A/91, de 18 de Março.

6.º Os prédios rústicos que integram esta zona de caça associativa, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, para efeitos de polícia e fiscalização da caça, ficam submetidos ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter um guarda florestal auxiliar, com observância do disposto no n.º 7.º, n.ºs 2 e 3, da Portaria n.º 219-A/91.

7.º O disposto no presente diploma não é aplicável às áreas consignadas no artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto.

8.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 16 de Junho de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.